Espaço em Revista
ISNN:1519-7816 v. 18, n. 1, jan/jun. 2016. p. 56-70

QUEM LIBERTARÁ PROMETEU ACORRENTADO?: Geografia, Gênero e Ciência Moderna

Natalia Lucas Mesquita[1]
natalia-mesquita@hotmail.com

Janãine Daniela Pimentel Lino Carneiro[2]
janaine_nana@hotmail.com

Marcelo Rodrigues Mendonça[3]
ufgmendonca@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como centralidade refletir sobre a relevância das questões de Gênero na Geografia para a compreensão do espaço. Para tanto, realizou-se levantamento bibliográfico sobre a temática com o intuito de resgatar as características da ciência moderna que propõe um novo padrão de racionalidade, tornando-se universal e negligenciando as demais formas de saber, além de preconizar o surgimento de fronteiras que impedem a valorização dos diversos campos de conhecimento e contribui para a invisibilidade de temas como Gênero, por exemplo. Parte-se do pressuposto que reconhecer e compreender como se estabelecem as relações de Gênero são essenciais no estudo da (re)produção do espaço na Geografia, mesmo que, de um modo geral, esta ciência tenha se apresentado pouco permeável à essa discussão.
Palavras-chave: Gênero. Geografia. Ciência moderna.

WHO WILL DELIVER PROMISED CHAINED?: Geography, Gender and Modern Science

Abstract: This article is central to reflect on the relevance of gender issues in Geography in the understanding of space. Therefore, there was literature on the subject in order to resgar the characteristics of modern science that proposes a new standard of rationality, making it universal and neglecting other forms of knowledge, as well as advocating the emergence of borders which prevent the appreciation of the various fields of knowledge and contribute to the invisibility of issues such as gender, for example. This is on the assumption that recognize and understand how to establish the Gender relations are essential in the study (re) production of space in geography, even though, in general, this science has shown little permeable to this discussion.
Keywords: Gender. Geography. Modern science.

1 Introdução

Ao longo de nossa trajetória de formação e atuação, sobretudo, durante a graduação, especialização e mestrado em Geografia tivemos contato com inúmeras abordagens e discursos predominantes ao longo da história do pensamento geográfico – na chamada Geografia Tradicional, na Nova Geografia, na Geografia Crítica e na Geografia Humanista. Tais momentos, hegemonicamente, insistiram em negar os estudos de Gênero como parte da

[1] Mestranda em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG)
[2] Doutoranda em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG)
[3] Professor de Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG)

ciência geográfica. Isso nos incomoda e, ao mesmo tempo, nos instiga a compreender os motivos pelos quais tais análises são produzidas e ecoam com tanta facilidade na comunidade acadêmica.

Compactuamos com o posicionamento de Silva (2014) ao assegurar que a indignação pode ser motivadora e que ao enfrentarmos, de forma qualificada, às críticas contribuímos para o aprimoramento da ciência a qual nos dedicamos, fornecendo mecanismos de análise e interpretação da realidade diversa e contraditória a qual estamos inseridos/as. Silva (2014) ressalta ainda que "[...] desde que o espaço foi legitimado no campo científico como uma ciência social [...] e que a sociedade se compõe de homens e mulheres, logicamente o gênero pode ser um elemento de análise do espaço". (SILVA, 2014, p. 98).

Nesse sentido, pretende-se neste artigo refletir sobre as questões de Gênero na Geografia e da importância de se considerar essa temática ao pensar o espaço. Espera-se ampliar o debate sobre Gênero e suas interfaces na Geografia brasileira, uma vez que um número relativamente pequeno de geógrafas e geógrafos que tem se dedicado ao exercício de construir uma leitura geográfica capaz de estabelecer novos enfoques teóricos e metodológicos que contribuam para a compreensão do espaço em suas múltiplas dimensões e dos diferentes sujeitos que nele atuam.

O desafio, segundo Paula; Nascimento (2013) está em dar visibilidade às mulheres e questionar os padrões androcêntricos, patriarcais e sexistas das ciências, assim como pensar a mulher no espaço enquanto Gênero dividido em classes sociais, grupos étnicos, com diferentes orientações sexuais, dentre outras especificidades e, assim, superar as hegemonias e desvelar - ao menos em partes - a diversidade que compõe a sociedade humana, portanto o espaço, objeto de estudo da Geografia.

Para tanto, o espaço deve ser pensado como produto das inter-relações e das interações, ou seja, como uma esfera múltipla e plural, conforme enfatiza Massey (2008), ao afirmar que a forma como é abordada o espaço é fundamental para a compreensão do mundo, ou seja, para o entendimento da globalização, das cidades e dos lugares, da caracterização dos diferentes tempos espaciais implícitos, bem como, de novas espacialidades. No dizer de Silva (2001) cabe às geógrafas e aos geógrafos compreender o espaço a partir das suas dimensões físicas e humanas, assim como, na sua micro e macro reprodução socioespacial.

Ao "fazer Geografia" a geógrafa e o geógrafo comprometida e comprometido com a compreensão crítica da realidade deve ter uma visão ainda que sintética desse conjunto relacional, a fim de oferecer uma visão completa e mais abrangente na sua interpretação do

objeto estudado, isto é, dos processos e relações que aí se realizam. Certamente, estará presente o conhecimento captado das inter-relações socioambientais, socioeconômica ou sociopolítica, no processo de análise e decodificação da paisagem.

O conceito de Gênero foi criado por pesquisadoras norte-americanas para se referir à construção social das identidades dos sujeitos (GROSSI, 2004), desvinculando-se da definição dos sujeitos a partir de suas diferenças biológicas. Para Scott (1994), Gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais e seus usos e significados surgem a partir de uma disputa política na qual se instaura relações de poder, dominação e subordinação. Dessa forma, Gênero é a organização social da diferença sexual, constituindo-se como um elemento constitutivo de relações sociais que se baseiam nas diferenças percebidas entre os sexos. Na sociedade a qual estamos inseridos, homens ocupam a condição de dominação e as mulheres a de subordinação. Tais relações são influenciadas por diferentes interfaces, como classes sociais, relações étnico-raciais e aspectos culturais, ou seja, aspectos materiais e imateriais.

Vale destacar que nesta reflexão será adotado o conceito de Gênero e não o de mulher, uma vez que o primeiro se opõe à utilização da categoria mulher, já que

> esta se apresenta como essencializada a partir da diferença biológica, ao passo que o conceito de gênero agrega a dimensão social e cultural da diferença sexual. Implica adotar a perspectiva da construção social dos gêneros e, ao mesmo tempo, negar sua universalidade, incorporando as dimensões temporal e espacial na análise científica. (SILVA, 2009a, p. 94).

Com base no pensamento de Silva (2004) e Massey (2008) fica clara a necessidade de se considerar as relações de Gênero nos estudos do espaço, centralidade nas reflexões geográficas. Isso porque se entende que o "ser mulher" e o "ser homem" são construções sociais e que esse "ser" interfere na forma como os indivíduos experimentam o mundo (GARCÍA, 2004) assim como direciona a sua ação sobre ele, ou melhor, no processo de (re) produção do espaço.

É válido ressaltar que, didaticamente, o texto está divido em seções, todavia, buscou-se não romper com os assuntos ao mudar o foco de argumentação, pois a compartimentação dos conteúdos e sua rígida separação é característica de um paradigma moderno de conhecimento que precisa ser rompido. Portanto, no decorrer da leitura será percebido um ir e vir, que poderá ser entendido – num primeiro momento - como uma confusão, mas que objetiva compreender as inter-relações ao pensar o posicionamento da Geografia na abordagem das questões de Gênero como uma extensão das características da ciência moderna.

Além da Introdução, das Considerações Finais e das Referências, o artigo está organizado em duas seções: "A ciência do mundo moderno: correntes de Prometeu, em que será feito uma discussão sobre o desenvolvimento da ciência na modernidade, suas características e as fronteiras impostas aos campos do saber, e; "Geografia e Gênero: ausências e silêncios diante da temática", em que discutiremos como as temáticas de Gênero têm sido abordadas pela Geografia ao longo do tempo.

2 A ciência do mundo moderno: "Correntes de Prometeu"

> *O mundo moderno é iluminado pelo feitiço da ciência. A mágica, entretanto, transforma a promessa de liberdade em prisão, a unidade em fratura. O 'pensar que faz progressos' [...] faz o cárcere da liberdade e aquele a quem é prometida a luz torna-se Prometeu. (HISSA, 2002, p. 203).*

Prometeu é um personagem da mitologia grega, que foi incumbido pelo deus Zeus de criar os homens. Prometeu, após a criação dos homens rouba o fogo, um poder que era somente dos deuses, e dá a eles. Os homens, por sua vez, tornam-se superiores aos demais seres vivos por conta desse poder e Zeus retira deles o fogo. Todavia, Prometeu, novamente, rouba o fogo para dar aos homens e então é punido por Zeus que ordena que ele seja acorrentado no rochedo de Caucáso, onde ficaria preso eternamente. Diariamente, nessa prisão, o fígado de Prometeu, que tinha a capacidade de regeneração, seria comido por uma ave. O mito de Prometeu[4] não encerra com sua prisão no rochedo, todavia a narrativa até aqui é suficiente para pensarmos sua relação, conforme o fez Hissa (2002), com o produto da ciência moderna.

A ciência, fruto da modernidade, é anunciada pela corrente iluminista como a luz que iluminaria o mundo escurecido na idade média. No entanto, o que se observa é que, como fruto de uma nova ordem econômica, social e histórica, serviu a interesses de uma classe hegemônica, que longe estava da pretensão de "libertar" os olhares de todas e todos.

Com base no discurso iluminista, propõe-se uma nova racionalidade e um modelo totalitário[5], que despreza as demais formas de saber, separando a ciência da arte, a ciência da religião e a ciência europeia das demais ciências. Tal modelo de racionalidade, que se tornou universal, ocasionou uma opressão epistêmica, exercida como uma forma de colonialidade (MIGNOLO, 2004). Segundo o autor o grande problema da ciência moderna

[4] O mito de Prometeu tem diversas versões. Tentou-se nesse breve resumo destacar os trechos semelhantes entre elas.

[5] Santos (1988, p. 48) explica que "[...] a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas."

> [...] emerge da forma como a "revolução científica" foi concebida. Ela foi concebida como um triunfo da modernidade na perspectiva da modernidade, uma autocelebração que correu em paralelo com a crença emergente na supremacia da "raça branca". O problema estava na falta de consciência de que a celebração da revolução científica enquanto triunfo da humanidade negava ao resto da humanidade a capacidade de pensar. Isto é, o poder da humanidade ocultava, ao mesmo tempo, a colonialidade (do poder, do saber, do ser. (MIGNOLO, 2004, p. 670).

Esse modelo de racionalidade, conforme explica Santos (1988), é constituído a partir da revolução científica do século XVI, e desenvolvido nos séculos seguintes, principalmente no âmbito das ciências naturais. Somente no século XIX, com alguns prenúncios no século anterior, explica o autor, que este modelo de racionalidade se estende às ciências sociais emergentes, sendo, a partir de então, perceptível um modelo global de racionalidade científica com fronteiras ostensivas e policiadas pelo método positivista, contra as demais formas de conhecimento.

Dentre as imposições dessa nova racionalidade estão a delimitação e separação dos diversos campos do saber, ou, a fragmentação do saber e do conhecimento, e o consequente desmembramento da ciência em várias ciências que, a partir de então, iniciam a busca por autonomia (HISSA, 2002). Se por um lado esse movimento de divisão da ciência em diversos campos tenha proporcionado uma especialização com expectativas de aprofundamento de saberes integrados, por outro, levou a produção de saberes fragmentados que se fazem insuficientes na leitura da realidade (HISSA, 2002). Nesse sentido,

> A independência da disciplina científica funciona como uma ilusão provocada pelos paradigmas da ordem moderna. A especialização do trabalho científico emerge como um produto do desenvolvimento do saber moderno. A construção da autonomia e da liberdade, nesses termos, eminentemente disciplinar, assume o significado de edificação de fronteiras que apartam o conhecimento e limitam o potencial imaginativo e crítico dos indivíduos (HISSA, 2002, p. 210).

Nesse mesmo contexto, Santos (1988) reafirma que há uma tendência a especialização e à fragmentação do conhecimento na ciência moderna, ou melhor

> Na ciência moderna o conhecimento avança pela especialização. O conhecimento é tanto mais rigoroso quanto mais restrito é o objeto sobre que incide. Nisso reside, aliás, o que hoje se reconhece ser o dilema básico da ciência moderna: o seu rigor aumenta na proporção direta da arbitrariedade com que espalha o real. Sendo um conhecimento disciplinar tende a ser um conhecimento disciplinado, isto é, segrega uma organização do saber orientada para policiar as fronteiras entre as disciplinas e reprimir os que as quiserem transpor (SANTOS, 1988, p. 64).

As fronteiras, nesse sentido, junto ao menosprezo das diversas formas de conhecimento através da universalização da "racionalidade", são duas importantes características da ciência moderna, ou, das ciências modernas, já que essa é dividida em diversos campos. Nesse contexto a Geografia é sistematizada, já circunscrita por uma série de fronteiras, dentre as quais Hissa (2002) destaca, as interdisciplinares e as intradisciplinares. Elas podem ser visualizadas, respectivamente, na incessante discussão sobre seu objeto de estudo e na divisão dessa ciência em física e humana, dentre outras.

Essas fronteiras, junto as perspectivas de uma ciência eurocêntrica, branca e masculina[6], compartimenta e invisibiliza uma série de agentes das relações sociais, interessantes à Geografia (mas não só), dentre os quais podemos destacar as mulheres e as relações de Gênero, o que prejudica um entendimento concreto da realidade. Isso porque, conforme destaca Silva (2009b)

> Qualquer ciência que tenha como foco de análise as relações humanas deve ter em conta que a humanidade não é uniforme e que a diferença entre homens e mulheres é uma das principais categorias de análise. Além disso, as relações de gênero permeiam todas as sociedades, apesar das diferenças espaciais e temporais (SILVA, 2009b, p. 60).

Diante dessas demandas e das reivindicações dos movimentos feministas, desde o final dos anos 1960, a discussão sobre mulheres e Gênero tem sido incorporada ao pensamento geográfico, embora muito timidamente, como veremos na próxima seção.

Antes, porém, cabe entendermos que as reivindicações se deram inicialmente nos diversos campos do saber e se consolidam como um indício do que Santos (1988) conceitua como paradigma dominante. Segundo Santos (1988) há uma crise do paradigma da ciência moderna e o surgimento de um novo paradigma científico que, através de seus protagonistas, é contra todas as formas de dogmatismo e autoridade.

Segundo Mignolo (2004), por volta de 1970 é colocado dois desafios ao modelo da ciência moderna:

> Um desses desafios teve origem nas "epistemologias feministas", o outro nas "epistemologias etno-raciais". Esta caracterização pressupõe que a

[6] Como sabemos o desenvolvimento da ciência moderna ocorre na Europa do período moderno, e, portanto, é delineada por um determinado tempo/espaço. Além disso, é uma ciência feita por homens (no sentido de masculino) brancos. Cabe destacar, conforme Mignolo (2004), os estudiosos não se dedicaram a uma forma de conhecer como uma atividade masculina. Todavia, aconteceu que "[...] a forma universal de conhecer foi promovida, defendida e ampliada por um grupo de homens que viviam na Europa, estudavam nas universidades prestigiadas do seu tempo, e aconteceu que eram também homens brancos, embora alguns deles fossem judeus." (MIGNOLO, 2004, p. 684).

> epistemologia dominante ou hegemónica é "masculina/branca", embora o nome que usa não seja esse, antes o de ciência neutra e objetiva e de conhecimento desinteressado (MIGNOLO, 2004, p. 681).

As epistemologias feministas[7], que interessam a esse artigo[8], ainda segundo Mignolo (2004), contribuíram de maneira importante para descentralizar e memorizar pressupostos patriarcais da ciência ocidental e da revolução científica e suas consequências históricas, políticas, epistêmicas e éticas. O autor observa que

> As significativas contribuições surgidas da perspectiva da "epistemologia feminista" acentuaram três dimensões complementares da ciência: a) a ciência moderna foi/é uma construção epistémica a partir de uma perspectiva masculina; b) a "epistemologia masculina" tornou invisíveis outros tipos de conhecimento e outras perspectivas de compreensão que estão a emergir sob o rótulo de "epistemologia feminista"; e c) a epistemologia feminista contribui para desalojar o mito de que a ciência estaria purificada e vacinada contra a infecção da diferença sexual e da sexualidade (MIGNOLO, 2004, p. 685-686).

Assim, a ciência moderna apresenta, paradoxalmente, fragilidade naquilo que era considerado sua própria fortaleza: as fronteiras, a racionalidade e o modelo totalitário. Apesar disso, muito há ainda a se fazer na busca por superar esse modelo de ciência que persevera a custo da colonização do saber. Exemplo desse fato pode ser visto na Geografia, que como ressaltado anteriormente, ainda dá pouca visibilidade a temas que extrapolam os limites conceituais de seu campo de saber, impostos pelo paradigma da modernidade.

3 Geografia e Gênero: ausências e silêncios diante da temática

> *Compreender ausências, silêncios e invisibilidades do discurso científico é reconhecer que tais características não são frutos de acasos, mas de uma determinada forma de conceber e de fazer a geografia. (SILVA, 2009b, p. 58).*

Apesar da busca por uma definição das diversas ciências por meio da delimitação do objeto de pesquisa ser uma demanda instituída pela modernidade, é inegável que o espaço - junto à paisagem, território e lugar - é uma das principais categorias de análise da Geografia. O espaço, interessante a essa ciência, é produto da ação humana sobre o meio, ou seja, do

[7] A denominação *epistemologias feministas*, "se deve ao seu nascimento como um movimento científico político de mulheres cientistas que acabaram por produzir novas formas de conceber a ciência como um conhecimento posicionado e situacional, e, portanto, embebecido em relações de poder." (SILVA, 2009b).

[8] Cabe salientar que a não abordagem das epistemologias etno-raciais se dá em razão da necessidade de delimitação do assunto, nesse artigo. Apesar disso, reconhecemos sua relevância e sua interrelação ao tratarmos as questões Gênero, visto que, as identidades de Gênero não são fixas e ao abordá-las devemos considerar o contexto sociocultural em que o indivíduo está posto. Não se é simplesmente, homem ou mulher, se é homem/mulher branco/a; homem/mulher indígena/negro/a; homem/mulher camponês/a, etc.

trabalho, logo, sua produção é permeada por relações de classe, de gênero, étnico-raciais, que devem ser consideradas pela Geografia ao pensar esse conceito.

Conforme elucida Moraes (1996) as formas do espaço são produtos históricos; o espaço produzido é resultante da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a todo o momento, as relações sociais que lhe deram origem. Assim, além dos "padrões espaciais, das formas criadas, [...], dos arranjos locacionais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo. Enfim, todo o complexo universo da cultura, da política e das ideologias." (MORAES, 1996, p. 16).

Nesse sentido, sobre o espaço social, Lefebvre (2006) assevera que

> O espaço social contém [...] as relações sociais de reprodução, a saber, as relações biofisiológicas entre os sexos, as idades, com a organização específica da família – e as relações de produção, a saber, a divisão do trabalho e sua organização, portanto, as funções sociais hierarquizadas. Esses dois encadeamentos, produção e reprodução, não podem se separar: a divisão do trabalho repercute na família e aí se sustenta; inversamente, a organização familiar interfere na divisão do trabalho; todavia, o espaço social discerne essas atividades para "localizá-las" (LEFEBRVRE, 2006, p. 57).

Apesar disso, a Geografia é pouco permeável às temáticas que extrapolam seu campo tradicional de observação, por exemplo, a consideração de que as relações de gênero são agentes importantes na produção do espaço. Conforme explana Silva (2003), a tradição geográfica tem privilegiado aspectos visíveis do espaço, se apegando a dados quantitativos e aos arquivos documentais oficiais, na busca por atingir a neutralidade científica na Geografia, o que relegou a mulher a uma invisibilidade no processo de produção do espaço, ao privilegiar os agentes e as paisagens hegemônicas fundadas na dominação masculina. Assim, "[...] apesar da crescente importância do papel feminino nos fatos sociais, a Geografia continua negligenciando a perspectiva de Gênero como potencialidade de construção da inteligibilidade da realidade social." (SILVA, 2009b, p. 60).

Essa omissão científica da abordagem da mulher enquanto sujeito social, por sua vez, tem sido denunciada por geógrafas feministas por meio de seu esforço em incluir o gênero enquanto um objeto de estudo da Geografia (SILVA, 2003). Isso ocorre desde a década de 1970, sobretudo, nas décadas de 1980 e 1990, com a incorporação, na ciência geográfica, da interseção de categorias sociais como classe, gênero, raça e sexualidade, através de uma corrente denominada "Geografias feministas"[9] (SILVA, 2009b).

[9] Segundo o coletivo de geógrafas *Woman and Geography Study Group* (WGSG) em uma de suas primeiras e mais importantes obras "*Geography and Gender*" (1984 *apud* Silva 2013, p. 108) a Geografia feminista é uma

De acordo com estudos realizados por García (2004), na escala internacional, as produções de estudos sobre Geografia e Gênero tiveram início nos anos de 1980, no campo dos estudos geográficos urbanos. O primeiro trabalho na perspectiva de Gênero foi feito pela geógrafa canadense *De Koninck* e discorria sobre a distribuição de emprego feminino e masculino na região de Quebec.

Segundo García (2004, p. 28) "[...] os estudos nesta fase inicial abordavam, sobretudo, a divisão sexual e espacial do trabalho e o seu impacto na vida, privada e pública, de mulheres e homens [...]." A autora explica que o primeiro trabalho sob epígrafe feminista no espaço rural data de 1986 e foi publicado na Inglaterra no *Journal of Rural Studies.*

Apesar da importância desses trabalhos, duas instituições abriram caminhos na Geografia para a corrente feminista, além de serem suportes para a sua expansão e amadurecimento teórico-metodológico, sendo: o coletivo de geógrafas *Woman and Geography Study Group* (WGSG), do Instituto Britânico de Geografia (IBC) e a Revista anglo-americana *Antípode* (GARCÍA, 2004).

Silva (2013), ao falar da incorporação da perspectiva feminista na Geografia, lembra os estudos de Zelinsky (1973), de Hanson e Monk (1982) e de Garcia Ramon (1989), e destaca que o objetivo dos primeiros estudos era dar visibilidade as mulheres, ou como diz, metade da população até então ignorada pela Geografia. No Brasil,

> A incorporação da perspectiva feminista na geografia [...] é consequência do engajamento político feminista de algumas geógrafas(os) que se inspiram nos estudos de geógrafas(os) e não-geógrafas(os) europeus e estadunidenses que vêm trabalhando desde a década de 1970, as questões socioespaciais a partir desse enfoque (SILVA, 2013, p. 108).

Dentre as pioneiras na introdução das questões de Gênero na Geografia brasileira, García (2004) destaca os trabalhos realizados pelas seguintes estudiosas: a professora da Universidade de São Paulo (USP) *Rosa Ester Rossini*, coordenadora do grupo de trabalho "A mulher como força de trabalho"; a professora da Universidade Federal do Pernambuco, *Marlene Maria da Silva*, orientanda da anterior e coordenadora do grupo "Mulher e Trabalho; *Sonia Calio*, com a tese "Relação de Gênero na cidade. Uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana"; As professoras da Universidades Federais de Sergipe e de Goiás, respectivamente, *Maria Augusta Mundin Vargas* e *Maria Geralda de Almeida*, por meio de um estudo da construção da identidade da mulher trabalhadora rural sergipana e;

"[...] geografia que de forma explícita considera a estrutura de gênero da sociedade e assume um compromisso com o objetivo de atenuar a curto prazo as desigualdades baseadas no Gênero e eliminá-las a longo prazo através da transformação/mudança social."

Terezinha Brumatti Carvalhal e *Renata Cristiane Valenciano*, coordenadas pelo professor Antônio Thomaz Júnior, todos/as da Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente.

Destacam-se também às pesquisas realizadas pela geógrafa, professora *Carmem Lúcia Costa* da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, vinculada ao Grupo de Estudos Interdisciplinares de Gênero, Cultura e Trabalho (DIALOGUS/UFG/CNPq) sobre Gênero, Trabalho, Feminização e Precarização do trabalho docente em Goiás, dentre outras temática. Ademais, ressaltam-se as pesquisas desenvolvidas pela professora *Maria Franco García*, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) sobre Gênero e Trabalho na Geografia, além de Joseli Maria da Silva pesquisadora que atua na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), onde se dedica ao estudo de Gênero, sobretudo na Geografia.

Com um olhar otimista sobre a abordagem de gênero na Geografia brasileira, García (2004) destaca:

> [...] se uma década atrás Calio (1991) denunciava o caráter androcêntrico da geografia brasileira "distante do debate teórico que se instalou (...) nas Ciências Sociais a respeito da articulação entre classe e gênero" (p. 47), na atualidade essa distância tem sido superada no esforço que determinados Grupos de Pesquisa, no âmbito da Geografia, estão realizando no caminho da sistematização da discussão de Geografia e gênero no Brasil. (GARCÍA, 2004, p. 41).

Apesar disso, conforme constatou Silva (2003; 2009b), se comparada as demais temáticas pesquisadas, ainda há poucos pesquisadoras e pesquisadores brasileiras e brasileiros sobre a temática Gênero. Silva (2003, p. 34-35) observa que "[...] diferentemente de outras ciências sociais que legitimaram as mulheres como importante universo temático, como a história, a psicologia, a antropologia e a sociologia, a Geografia apresenta um pequeno número de pesquisadores (a) com dedicação a esta temática no Brasil."

A esse respeito, Silva (2009b), ao realizar um levantamento das produções geográficas relacionadas com mulheres e Gênero, por autoras e autores brasileiras/brasileiros, finaliza:

> O levantamento realizado nos nove periódicos melhor qualificados pelo CNPq, Sistema Qualis, no período compreendido entre 1939 e 2008, aponta que temas relacionados com mulheres e gênero não compõem o interesse da geografia brasileira, pelo menos daquela que é considerada como de mais alta qualidade pelos órgãos institucionais que avaliam a produção científica do Brasil. Foram encontrados apenas cinco artigos, e entre eles, curiosamente, figuram autorias masculinas (SILVA, 2009b, p. 65).

Diante dessas constatações de Silva (2003; 2009b), com quem concordamos pelas dificuldades em encontrar publicações brasileiras que discutissem o assunto, na produção

deste ensaio, questionamos e retomamos a discussão iniciada na seção anterior: Por que a Geografia brasileira (mas não só) é pouco permeável à discussão de Gênero? Como sabemos,

> O saber científico é uma criação humana, marcado por um espaço/tempo, a Europa do período moderno, que promoveu a acumulação da riqueza material e uma forma particular de concepção do mundo que se tornou universal e hegemônica, anulando a emergência de saberes plurais e de sujeitos que não se enquadraram no protagonismo do conhecimento eurocentrado e masculino (SILVA, 2009b, p. 55-56).

Desse modo, idêntica a epígrafe dessa seção, compreender as ausências e silêncios diante de temas como o de Gênero na Geografia é reconhecer que essas características não são fruto do acaso (SILVA, 2009b), mas do contexto histórico e espacial em que essa ciência foi/é (re)produzida. Assim, no caso da geografia brasileira

> [...] a ausência, analisada do ponto de vista estrutural, é derivada de algumas premissas históricas e elementos correlacionados aos quais o discurso científico da geografia brasileira está subordinado, a saber: a base eurocêntrica de constituição do saber; o apego à forma material do espaço, do qual emana a pretensa neutralidade; a permanência do sujeito genérico e universal, que invisibiliza os demais grupos sociais que não estão identificados com o protagonismo do homem, branco, ocidental, cristão. (SILVA, 2009b, p. 76).

Ainda, conforme já tratamos, a Geografia teve seu processo de sistematização vinculado ao projeto de modernidade e suas características positivistas de pensar o mundo e delimitar a cientificidade dos estudos. O saber geográfico produzido nesse contexto deveria ser neutro, objetivo, pautado em verdades científicas, o que marcou a geografia como um saber moderno, eurocêntrico, masculino, branco e heterossexual (SILVA, 2009a).

Tendo isso em vista, incorporar a perspectiva feminista ao estudo geográfico e entender as ausências e silêncios que legitimam a ordem da ciência moderna que acorrentam "Prometeu no rochedo de Cáucaso", pressupõe que se tenha consciência das relações de poder que envolvem o conhecimento geográfico e outros saberes limitados pelo paradigma dominante.

Conscientes disso, devemos por fim, questionar: "Como libertar Prometeu do rochedo"?, ou, como construir uma Geografia que incorpore o gênero em sua produção e se liberte do tradicionalismo que a cega? Acredita-se que o caminho seria contemplar a multiplicidade do espaço assim como a heterogeneidade dos sujeitos e relações sociais que o compõe. Para tanto, reconhecer que a (re)produção do espaço é engendrada por homens e mulheres com relações de gênero, que os colocam em condições distintas nesse processo.

Para apreender as especificidades de gênero nos estudos do espaço é preciso superar os saberes limitados do paradigma dominante. Vale destacar que isso só será possível mediante a utilização de instrumentos teórico-metodológicos que possibilitem a renovação do olhar geográfico. Ou seja, não basta os geógrafos e geógrafas se dedicarem às temáticas de gênero, é preciso também desenvolver um novo conjunto de procedimentos metodológicos que possibilitem a leitura de gênero e suas implicações na produção do espaço e que sejam capazes de desvelar, ao menos em partes, os seus desdobramentos na vida dos sujeitos.

4 Considerações finais

> *Aquilo que é determinado como impensável, impraticável e indizível pela ciência deve ser tensionado, e a ordem da pretensa normalidade precisa ser subvertida. (SILVA, 2009a, p. 102)*

Com o intuito de responder ao questionamento sobre a libertação de Prometeu no rochedo, deixado na seção anterior, é necessário entender algumas das principais características eurocêntricas da Geografia, que são o apego à forma material do espaço e a permanência do sujeito genérico e universal (o homem) como agente na produção do espaço, conforme aponta Silva (2009b). A respeito da preocupação com as formas materiais do espaço, a autora (2009b, p. 80) destaca que a

> [...] ênfase naquilo que é evidente, facilmente explicativo e verificável tem gerado a falsa impressão da neutralidade espacial, já que as formas não evidenciam, em si, seus interesses e relações de poder. O que está marcado na paisagem em geral é resultado de grupos hegemônicos que reuniram poder suficiente para imprimir suas marcas de poder (SILVA, 2009b, p. 80).

Na perspectiva de espaço como uma forma material, despreza-se o fato de que os "grupos periféricos das relações de poder em geral vivem espacialidades que são fluídas e intermitentes e que estão conectadas às paisagens hegemônicas mais permanentes, duráveis e de fácil expressão material" (SILVA, 2009b, p. 80). E assim, continua, "as abordagens de Gênero, notadamente quando enfocadas as feminilidades, e a abordagem de transgêneros são comumente consideradas não espaciais, não geográficas e, portanto, fora do interesse da geografia". Ademais,

> [...] os referentes da forma concreta do espaço são muitas vezes incapazes de alcançar os arranjos imateriais, híbridos, flexíveis, múltiplos, plurais, tão típicos da ordem contemporânea. E essa característica alimenta mitos, limita a pesquisa e empobrece a capacidade de a geografia brasileira tornar a realidade atual compreensiva (SILVA, 2009b, p. 80).

Nesse sentido, "a ausência da abordagem de Gênero na Geografia brasileira se dá muito mais pela limitação em problematizar fenômenos que não estejam expressos materialmente em formas concretas do que pela não-espacialidade da dimensão social das relações de gênero." (SILVA, 2009b, p. 81).

Assim, precisamos, com certa urgência, romper com essa estrutura do pensamento geográfico, para podermos contribuir com a construção de uma Geografia que se abra a diversidade do mundo e que elimine as fronteiras impostas pela modernidade. Conforme diz Silva (2009a)

> Quem pesquisa deve duvidar das "verdades" que sustentam e dão guarida ao poder e deve também cometer heresias contra os cânones do discurso científico, praticando aquilo que Butler (2004) chama de "certas ofensas necessárias", para transpor as formas de leitura do discurso geográfico (SILVA, 2009a, p. 102, *grifo nosso*).

Esse processo, conforme bem destaca García (2004) é muito mais um processo de retificação metodológica do que uma nova questão empírica. É nesse mesmo movimento de "libertação geográfica", que precisamos pensar a superação da ciência moderna, que para Santos (1988) já apresenta sinais de crise, sendo portanto, conforme Porto Gonçalves (2007), um tempo de incertezas como também de oportunidades.

Para tanto, retornemos ao mito de Prometeu, para finalizar sua narração: Prometeu estava condenado a viver pela eternidade acorrentado ao rochedo e tendo seu fígado devorado, diariamente. A única condição para libertá-lo era sua substituição ou a quebra das correntes que o aprisionavam. Algumas narrativas do mito contam que Prometeu foi substituído por Quíron, que havia sido atingido por uma flecha e o ferimento feito não teria cura. Outros contam que as correntes que prendiam Prometeu no rochedo foram quebradas e ele libertado.

Independente da versão final, Prometeu foi libertado, a partir da coragem daqueles que não o queriam preso (e portanto, de alguma forma defendiam uma nova ordem) e é assim que temos o compromisso de agir diante do conhecimento produzido nas "entranhas" de uma ciência eurocêntrica, branca e masculina, que torna as demais formas de conhecimento desprezadas para a permanência de sua supremacia.

É diante disso que Mignolo (2004, p. 678) propõe um novo caminho, ou melhor, muitos novos caminhos: "[...] não pode haver um caminho, uni-versal. Tem de haver muitos caminhos, pluri-versais. E este é o futuro que pode ser alcançado a partir da perspectiva da colonialidade com a contribuição dada pela modernidade, mas não de modo inverso."

Pensando também em uma nova perspectiva de conhecimento, Santos (1988) fala de uma nova revolução científica que, para ele, atravessamos atualmente, e propõe o paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente. O autor explica que

> Com esta designação quero significar que a natureza da revolução científica que atravessamos é estruturalmente diferente da que ocorreu no século XVI. Sendo uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente) (SANTOS, 1988, p. 60).

Concordando com Mignolo (2004) e Santos (1988), salientamos a necessidade de resgatar os conhecimentos menosprezados pela autoridade dos paradigmas da ciência moderna e construir saberes que priorizem o entendimento concreto e completo da realidade e a valorização da diversidade do que com a delimitação de fronteiras. Para tanto, é preciso um grande esforço, afinal de contas as correntes de Prometeu foram feitas pelo grande deus Zeus e não são tão frágeis como se pressupõem.

REFERÊNCIAS

GARCÍA, María Franco. **A luta pela terra sob enfoque de gênero**. Os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. 2004. 224 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. 2004.

GROSSI, Mirian P. **Masculinidades**: uma revisão teórica. Antropologia em primeira mão/Programa de Pós Graduação em Antropologia Social: Florianópolis, UFSC , v. 75, 2004. Disponível em: <http://migre.me/iqOkJ >. Acesso em: 20 de julho de 2016.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**: inserções da Geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 201-229.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MIGNOLO, Walter D. Os esplendores e as misérias da ciência: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-710.

PORTO GONÇALVES, Carlos Valter. A invenção de novas geografias. In.: SANTOS, Milton *et al*. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 375-409.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna**. Estudos avançados, p. 46-71, [1988].

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Joseli Maria. **Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica**. Revista de História Regional, v. 1, n. 8, p. 31- 45, 2003.

_____. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In.: _____. (Org.). **Geografias subversivas**: discurso sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009a.

_____. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In.: _____. (Org.). **Geografias subversivas**: discurso sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009b.

_____. Gênero e espaço: esse é um tema de Geografia? In. AZEVEDO, Daniel Abreu de; MORAIS, Alonso Morais (Org.). **Ensino de Geografia:** novos temas para a Geografia escolar. Consequência: Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3.ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Susana Maria Veleda da. A contribuição dos Estudos de Gênero para o compreensão da Geografia do Trabalho: uma pauta para discussão. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 4, n. 4, p. 106-117, 2013.